

^{Corrupção - Caso} Escândalo da mandioca pode ser julgado este ano

Beneficiários lesaram BB em US\$ 17 milhões e procurador que denunciou caso foi morto

ÂNGELA LACERDA

RECIFE — O julgamento dos implicados no escândalo da mandioca deve ser realizado ainda este ano, no Tribunal Regional Federal — 5ª Região, no Recife. Os beneficiários do escândalo lesaram em US\$ 1,5 bilhão (cerca de US\$ 17 milhões) a agência do Banco do Brasil de Floresta, sertão pernambucano, entre 1979 e 1980. O caso ganhou dimensão nacional com o assassinato, em março de 1982, do procurador da República Pedro Jorge de Melo e Silva, que denunciou a fraude.

Os acusados recebiam financiamento para plantar mandioca e outras culturas, mas aplicavam o dinheiro na poupança, em carros, imóveis e jóias. Entre os denunciados pelo Ministério Público está o mandante da morte de Pedro Jorge, o ex-major da Polícia Militar José Ferreira dos Anjos.

O PM foi condenado a 31 anos de prisão e passou 12 anos foragido. Ele foi capturado pela Polícia Federal, segunda-feira, numa fazenda do sertão da Bahia, onde vivia desde 1986.

Também serão julgados o ex-deputado Vital Novaes (PFL-PE), que na época era líder do então governador Marco Maciel na Assembléia Legislativa, o ex-gerente da agência do BB em Floresta Edmilson Soares Lins; e o fazendeiro baiano Antônio Oliveira da Silva, o Antônio Rico. Maior beneficiário da fraude, Rico é acusado de ter embolsado quase um terço do dinheiro desviado.

Os auditores do BB identificaram 300 financiamentos irregulares para plantio de mandioca, numa área superior à do município de Floresta. As investigações concluíram que 30% dos créditos foram concedidos a pessoas com nomes fictícios. Em metade dos casos, os golpistas fizeram agricultores pobres assinar os contratos, sem saber do que se tratava.

Por isso, das mais de 400 pessoas inicialmente apontadas como envolvidas no desvio de dinheiro, 66 foram denunciadas pelo Ministério Público. Quatro delas já morreram. Em 1981, Pedro Jorge denunciou 26, que serão julgadas

em bloco. As outras denúncias se realizaram até 1990.

O juiz José Maria Lucena, do TRF-5ª Região, garantiu que entrega no próximo mês ao juiz-revisor Ridalvo Costa o relatório do processo, de 75 volumes. O julgamento poderá ser marcado ainda para este semestre.

MINISTÉRIO
PÚBLICO
DENUNCIOU
66 PESSOAS

15/11/1995